



VIOLÊNCIA

Caso “Orelha”: celulares de suspeitos apreendidos

Dois adolescentes, dos quatro apontados como responsáveis pelas agressões que levaram o cão à morte, retornam de viagem dos EUA e entregam aparelhos. Brutalidade contra o animal levou à organização de protestos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo

» GIOVANA SFALZIN
» CAETANO YAMAMOTO*

Os dois adolescentes suspeitos dos maus-tratos que causaram a morte do cão “Orelha”, em Florianópolis (SC), tiveram os celulares apreendidos tão logo retornaram ontem ao Brasil, depois de viagem aos Estados Unidos. Segundo a Polícia Civil, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão, além de intimação para que prestem depoimento. Os jovens anteciparam o retorno a Santa Catarina, conforme monitoramento feito pela Polícia Federal e repassado aos investigadores.

Os outros dois adolescentes, também suspeitos de envolvimento com a morte do animal, foram alvos da operação policial desfechada na segunda-feira. Estariam envolvidos com o espancamento do cão dois pais e um tio de um dos quatro jovens.

Na quarta-feira, a Justiça catarinense atendeu a pedido de liminar dos advogados dos adolescentes para que redes sociais excluam informações relacionadas aos quatro. A decisão da Vara da Infância e Juventude de Florianópolis é direcionada às empresas Meta (proprietária de Instagram, Facebook e WhatsApp) e Bytedance, responsável pelo TikTok. As plataformas devem excluir postagens que identifiquem os investigados e adotem medidas para impedir a republicação desse tipo de conteúdo.

Segundo os advogados, os adolescentes têm sido alvo de difamação e perseguição nas redes sociais, com publicações que violariam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ressaltam, ainda, que o caso segue sob investigação e que não há acusação formal contra os jovens até o momento.

Manifestações

A agressão que levou “Orelha” à morte causou uma onda de indignação e incentivou a organização de manifestações pelo país, pedido de justiça e o fim da violência contra animais. Haverá amanhã um ato em Brasília,

Reprodução/Instagram



“Orelha” era cuidado pelos moradores de Praia Brava. Animal foi brutalmente agredido e, apesar dos esforços, não conseguiu ser salvo

enquanto que no Rio de Janeiro e em São Paulo outros acontecerão no domingo.

O protesto em Brasília será organizado pela Associação ApDog, responsável pelo ParkDog da CL-SW 104, no Setor Sudoeste. A caminhada está marcada para as 16h e seguirá até o Memorial JK. “O objetivo é mostrar nosso carinho pelos animais e reforçar, mais uma vez, o pedido por sensatez, respeito e o fim dos maus-tratos”, destacou a ApDog. A Polícia Militar do Distrito Federal ajudará a organizar a passeata para que o trânsito não seja prejudicado.

No Rio de Janeiro, ativistas da causa animal convocaram uma manifestação com concentração

às 10h, no Aterro do Flamengo, em frente ao Monumento aos Pracinhas. A caminhada seguirá até o Copacabana Palace, em Copacabana. Haverá outro no mesmo dia, cujo ponto de encontro é no Posto 2 da Praia de Copacabana, às 16h. A saída está prevista para as 16h30 em direção ao Leme.

Os organizadores afirmam que o ato tem como objetivo evitar que a agressão a “Orelha” caia no esquecimento. Nas publicações de convocação, manifestantes criticam as tentativas de diminuir a gravidade do crime.

Em São Paulo, diferentes atos também estão previstos para o domingo. Em Sorocaba, a vereadora Jussara Fernandes

(Republicanos) convocou uma manifestação às 9h, no PetPlace do Parque Campolim, com a participação de representantes da causa animal de cidades da região, como Piedade, Itapetininga, Tatuí e Itapeva. Na capital paulista, a organização Cadeia para Maus-Tratos convocou um protesto a partir das 10h, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista.

Leis

Em Santa Catarina, o deputado estadual Mário Motta (PSD) apresentou na Assembleia Legislativa de Santa Catarina um projeto de lei que propõe mudanças no

Código Estadual de Proteção aos Animais. A proposta cria mecanismos de responsabilização administrativa nos casos de agressões cometidas por menores, com aplicação de multa aos pais ou responsáveis legais. O texto também prevê o agravamento das penalidades como multa em dobro quando houver lesão grave ao animal, que pode triplicar nos casos que resultarem em morte.

Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou a Lei 18.389/26, de autoria do deputado estadual Rafael Saraiva (União), que reconhece a expressão cultural “Vira-Lata Caramelelo” como de relevante interesse cultural do Estado de São Paulo. A

sanção foi publicada no *Diário Oficial do Estado*.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 4.919 processos por maus-tratos a animais foram abertos no Brasil no ano passado — média de aproximadamente 13 novos casos por dia. Isso representa um aumento de 21,2% ante 2024, quando 4.057 novas ações semelhantes foram iniciadas nos tribunais. Os dados de 2025 são ainda mais expressivos se comparados aos de 2021: 328 processos, um crescimento de 1.400% em apenas quatro anos. **(Com Agência Estado)**

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

SANTA CATARINA

Governo e assembleia vão ao STF contra cotas

O governo de Santa Catarina e a Assembleia Legislativa do Estado (Alesc) defenderam, no Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade da lei que proíbe a adoção de cotas raciais em universidades públicas estaduais e em instituições privadas que recebem recursos do governo catarinense. As argumentações foram enviadas ao ministro Gilmar Mendes, relator das ações que questionam a norma, depois de o magistrado conceder prazo de 48 horas para que o Executivo e o Legislativo prestassem esclarecimentos sobre a lei, sancionada pelo governador Jorgeinho Mello (PL) em 22 de janeiro.

Nas alegações, os dois Poderes sustentam que a legislação não extingue políticas afirmativas, mas redefine os critérios adotados por Santa Catarina, priorizando parâmetros considerados objetivos, como renda, deficiência e origem em escola pública, em substituição a

reservas de vagas baseadas exclusivamente em critérios raciais. Jorgeinho de Mello, representado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE-SC), afirma que a Constituição não impõe um modelo único de ação afirmativa e que a adoção de cotas raciais é constitucionalmente possível, mas não obrigatória.

Independência

Segundo o governo catarinense, cabe às unidades da Federação, no exercício da autonomia, definir as políticas públicas mais adequadas à sua realidade social e educacional. Na manifestação, o governo catarinense destaca o programa Universidade Gratuita, que financia cursos de graduação com base em critérios socioeconômicos.

A Alesc, por sua vez, argumenta que a lei questionada se insere no âmbito da competência concorrente dos estados para legislar

Jonatã Rocha/Secom/Governo de SC



Governo de Jorgeinho alega autonomia federativa para decidir a questão

sobre educação. Segundo a Assembleia Legislativa catarinense, a norma não interfere na organização administrativa das universidades nem altera o regime jurídico de servidores públicos, afastando a alegação de vício formal de iniciativa.

Tanto o governo catarinense quanto a Alesc pedem ao STF o indeferimento do pedido de suspensão imediata da lei — feito por Psol, PT, entidades estudantis,

organizações da sociedade civil e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A gestão de Jorgeinho Mello alega risco de insegurança jurídica caso a norma seja suspensa, enquanto a Assembleia afirmou que não estão presentes os requisitos para concessão de medida cautelar, como perigo na demora ou plausibilidade jurídica da tese apresentada pelos autores das ações.

TERRORISMO

PF prende em SP suspeito de compor Estado Islâmico

» FABIO GRECCHI

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, um homem investigado por atos preparatórios de terrorismo e sob suspeita de integrar uma organização terrorista internacional. Ele foi encontrado em Bauru (SP) e é apontado por planejar um ataque suicida, com uso de um colete explosivo, no Brasil.

Uma fonte da PF afirmou que há indícios de que o homem fazia parte do Estado Islâmico (EI) — organização ultraradical muçulmana derrotada na guerra que resultou na derrubada do ditador sírio Bashar al-Assad. A organização ainda ocupa esconderijos em cavernas e áreas desérticas de difícil acesso no Deserto de Badiya, lançando ataques rápidos contra as forças do governo sírio e milícias curdas.

O Estado Islâmico também tem células adormecidas no Iraque, sobretudo nas áreas rurais e montanhosas entre as províncias de

Kirkuk, Salahuddin e Diyala. Os radicais muçulmanos voltaram a chamar a atenção no começo do mês, por causa de fugas e ataques a centros de detenção no nordeste da Síria — como em Al-Hasakah, onde vários ex-combatentes estão presos. Isso gerou um alerta regional sobre uma possível tentativa de reorganização do EI. O Estado Islâmico se expandiu para a África e, atualmente, controla vilarejos na região do Sahel — onde estão as repúblicas do Mali, do Níger e de Burkina Faso — e no nordeste da Nigéria. Também está presente no Afeganistão, onde o braço local, o Isis-K, enfrenta o governo dos talibãs ao dominar bolsões isolados em áreas montanhosas do leste do país. A operação contou com o apoio do FBI (Federal Bureau of Investigation, a polícia federal dos Estados Unidos) e foi autorizada pela 3ª Vara Federal de Bauru. Foram cumpridos mandados de prisão temporária, de busca pessoal e domiciliar.